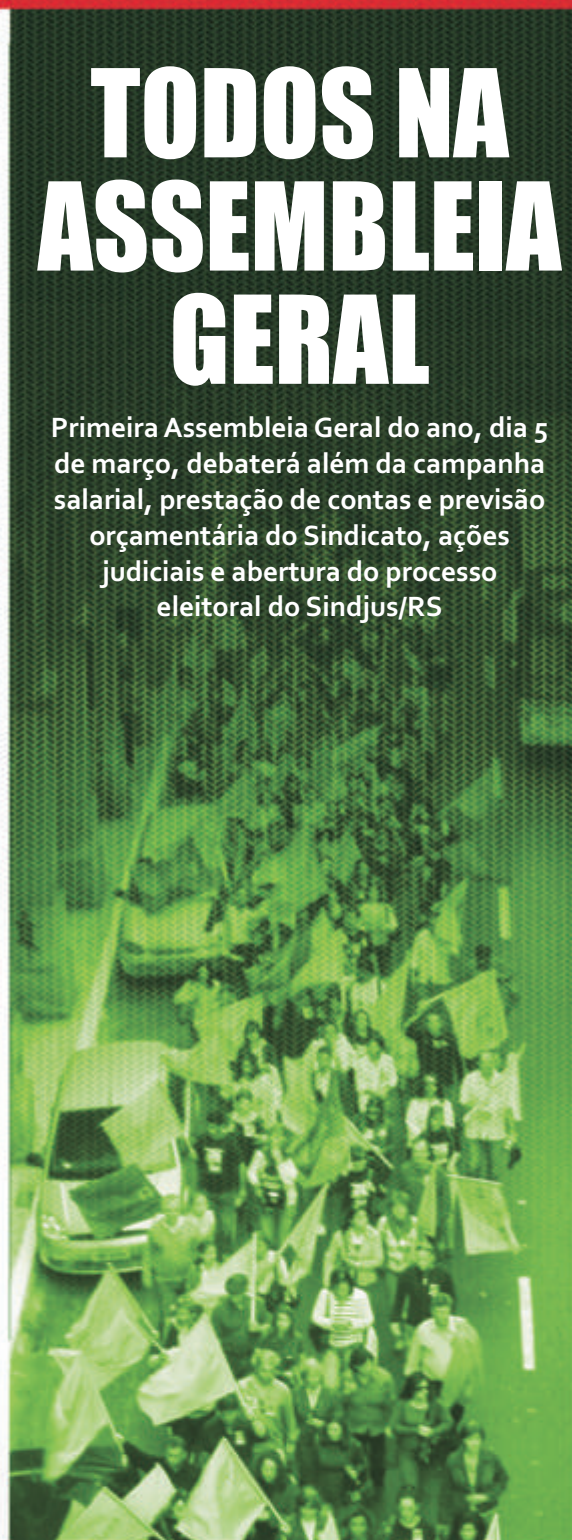


## TODOS NA ASSEMBLEIA GERAL

Primeira Assembleia Geral do ano, dia 5 de março, debaterá além da campanha salarial, prestação de contas e previsão orçamentária do Sindicato, ações judiciais e abertura do processo eleitoral do Sindjus/RS



### PEC 190

Reunião do Grupo de Trabalho delibera sobre novos encaminhamentos

### Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher tem se transformado, cada vez mais, num dia de protesto, com objetivo de acabar com a violência contra a mulher que começa, muitas vezes, dentro de casa

### Errata Interlig Propaganda CALENDÁRIO 2010

Estamos corrigindo um erro de revisão no calendário Sindjus 2010. Com este jornal, você está recebendo três adesivos para serem colados na folha do mês de maio.

Pedimos desculpas e agradecemos a compreensão.

PERDAS DA CATEGORIA 1º DE DEZEMBRO DE 2009 **56,16%**

## Hora de escolher

Este ano, os trabalhadores de forma geral e os servidores do judiciário de forma especial terão, em momentos diferentes, escolhas importantes a fazer. No nível geral, outubro reserva o momento de decisão sobre quem irá governar os próximos quatro anos. E não só isso. Escolherão quem estará no Legislativo em Brasília, espaço onde todas as decisões tomadas afetam de forma direta ou indireta a vida de cada brasileiro. Em nível estadual, irão escolher quem governará o RS e quem serão os deputados que estarão na Assembleia Legislativa. Em ambos os casos, como vimos durante a luta que travamos por meses no legislativo pelo reajuste de 15,73%, os escolhidos representam projetos que têm interferência direta nas questões envolvendo os trabalhadores do judiciário.

Mas não é só isso. Os associados do Sindjus/RS também estarão participando de um processo que elegerá a diretoria do Sindicato para os próximos três anos. Essa escolha é de fundamental importância para a categoria, já que os eleitos deverão representar os interesses da categoria, estando à frente de suas lutas incondicionalmente.

São momentos de escolhas importantes, que devem ser tomados com a maior seriedade

e tranquilidade possível. Não há como se eximir desta responsabilidade. Tanto no processo das eleições gerais como no sindical, as escolhas terão um peso e escolherão um determinado projeto. Fundamental é que, em ambos os casos, este projeto esteja em consonância com os interesses dos trabalhadores.

Na assembleia geral do dia 5 de março, além da questão salarial, debateremos outros temas importantes para a categoria, entre eles, o processo eleitoral. E apesar das definições formais serem estatutárias e, portanto, definidas, será a participação e a responsabilidade de cada trabalhador e cada trabalhadora que definirá os caminhos que queremos para o nosso Sindicato, para o nosso Estado e país. Isso, certamente, fará toda a diferença.

Em o Analfabeto Político, o poeta alemão Bertold Brecht, dizia que os que não participam dos acontecimentos políticos (no seu sentido mais amplo) são analfabetos, porque não sabem que muitas mazelas da vida são resultado de suas escolhas. E a vida nos mostra, diariamente, que assim é e nos lembra, a cada vitória ou derrota, a necessidade de aprender cada vez mais e participar.

## RÁPIDAS

### COTAS

As principais centrais sindicais do país apresentaram, em fevereiro, ao ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, declaração de apoio ao sistema de cotas raciais na educação. O documento foi assinado por presidentes de sete centrais, entre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e Instituto Sindical Interamericano (Inspir).

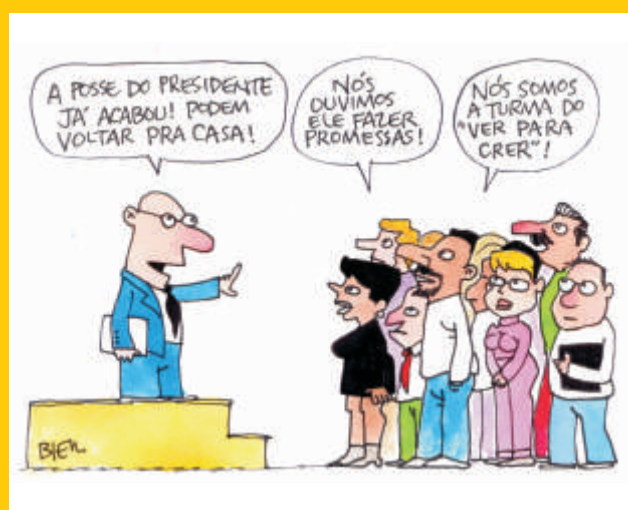
### DESCRÉDITO

Pesquisa da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (SP) apontou que 71% dos entrevistados não acreditam na honestidade ou imparcialidade da Justiça. O item mais criticado é o acesso ao Judiciário. Para 59% dos 1.588 entrevistados o acesso é difícil ou inexistente. Outro

dado aponta que, na média nacional, 60,6% dos entrevistados afirmaram que o Judiciário não é competente ou tem pouca competência para solucionar conflitos.

### PLANO DE CARREIRA

O PL 6613/09, que altera a Lei 11.416/2000 que trata do Plano de carreira dos servidores do Judiciário Federal, teve seu relator designado. Será o deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM). O projeto, que poderá ser apreciado em regime de urgência no plenário da Casa, está em discussão na Comissão de Trabalho. De acordo com a proposta, o vencimento básico do analista judiciário no início de carreira será de R\$ 6.855,73 e, no final de carreira, de R\$ 10.883,07. A esse valor é acrescida a Gratificação Judiciária (GAJ), que corresponde a 50% do vencimento básico do servidor, além de vantagens pecuniárias.



## EXPEDIENTE

**Publicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS**  
Rua Quatro Jacós, 26, Porto Alegre/RS - CEP 90.150-010  
Fone (51) 3224.3730 • www.sindjusrs.com.br – sindjus@sindjus.com.br

Diretoria Executiva: Valter Assis Macedo, Valdir Bueira da Silva, Luiz Osmar Mendes, Osvaldir Rodrigues da Silva, Catarina Fátima A. Bolzan, Maria Rosa Junges, Claudemir Pires de Oliveira, Carlos Leonel C. de Lima, Gilson da Cunha Braga, Valquir Laueremann Spielmann, Iara de Fátima Gularte Besestil.

Edição: Interlig Propaganda  
Jornalista Responsável: Nara Roxo (MTb 4436)  
Tiragem: 3.500 exemplares  
Impressão: Pontocom Gráfica e Editora Ltda.

# ASSEMBLEIA GERAL: Roteiros pelo Estado mobilizam categoria

Foto: Maria Rosa Junges



Comarca de Guaíba iniciou roteiro da região Sul

No próximo dia 5 de março, a partir das 13h30, na Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre, os servidores do judiciário realizarão a sua primeira assembleia geral do ano. Para divulgar e mobilizar os trabalhadores para a assembleia, a direção do Sindjus/RS iniciou, nos primeiros dias de fevereiro, roteiro por todas as regiões do Estado. As visitas às comarcas se estenderão até a semana do dia 5.

Durante as visitas, estão sendo feitos debates com os trabalhadores e destacada a importância da participação massiva da categoria na Assembleia Geral. Também tem sido reforçada a necessidade do engajamento de todos na campanha salarial lançada em dezembro de 2009, cujas deliberações e novos encaminhamentos serão discutidos na AG. É fundamental que as comarcas organizem caravanas e tragam suas propostas para o debate.

## Outro momento

Em janeiro foi paga a última parcela do reajuste de 15,73% conquistado ano passado, e as perdas salariais já chegam a 56%. Além disso, o TJRS tem uma nova direção, com a qual precisamos estabelecer um processo de negociação. Estes fatores demonstram que o momento é de atenção, unidade e mobilização, para garantir um processo de negociação que reponha as perdas salariais.

cutidos na assembleia geral do dia 5, estão, além da campanha salarial, também o ingresso de ações judiciais para buscar a não incidência do IR sobre férias, 13º salário e 1/3 de férias, desconto do IPE, a abertura do processo eleitoral do Sindjus/RS, a prestação de contas de 2009 e a previsão orçamentária de 2010.

Os roteiros foram realizados, na primeira quinzena de fevereiro nas regiões da serra, sul, fronteira, litoral norte e regionais. Até dia 5 de março serão visitadas as demais regiões.

## Novas pautas

Entre os temas que serão dis-

Foto: Maria Rosa Junges



Comarca de Bagé também foi visitada

## PL 120/09: audiência com relator

Foto: Arquivo Sindjus/RS



Marquinhos Lang (centro) é relator do PL

A direção do Sindjus/RS esteve, dia 11/2, reunida com o atual relator do PL 120/09, deputado estadual Marquinho Lang (DEM). No encontro os diretores apresentaram a posição dos trabalhadores contrária ao projeto e a defesa da categoria na implementação de

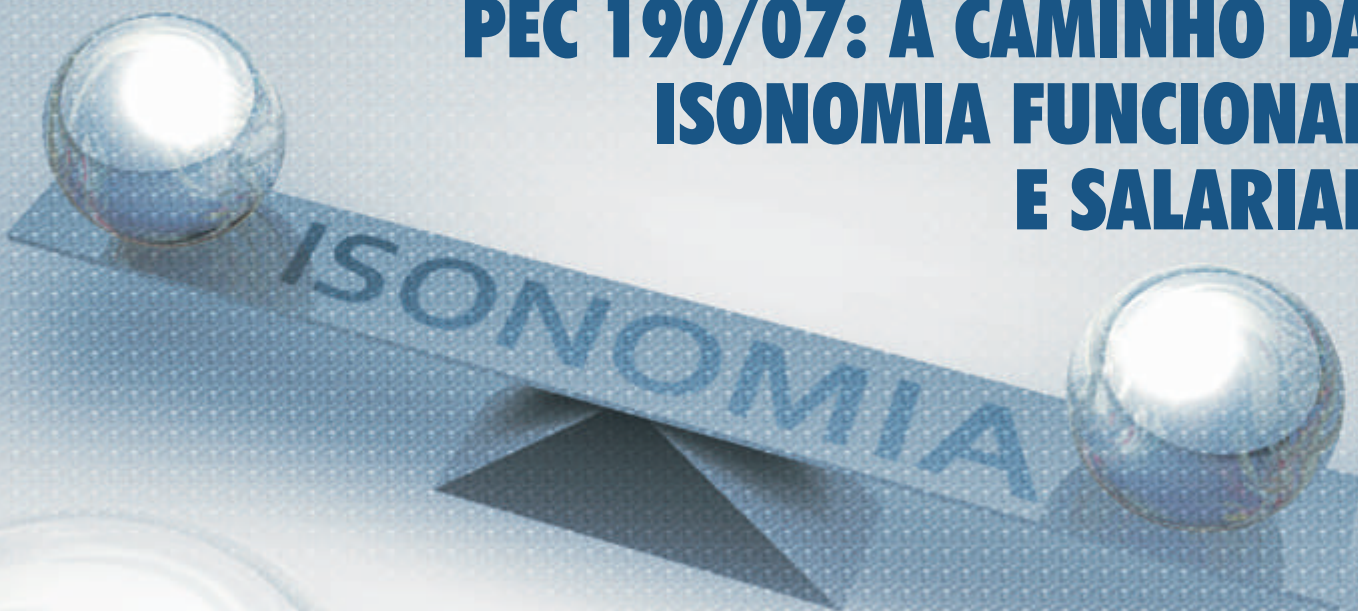
um Plano de Cargos e Salários, que valorize os servidores e não a mera extinção de cargos, como propõe o TJRS. O PL 120/09 trata da transformação e extinção dos cargos.

Eles destacaram, ainda, que a prestação de serviços judiciais

com qualidade à sociedade, passa também pelo atendimento de outras demandas da categoria, como o preenchimento de cargos vagos por concurso público, a recuperação das perdas salariais, que hoje ultrapassam 56% e a não terceirização dos serviços.



# PEC 190/07: A CAMINHO DA ISONOMIA FUNCIONAL E SALARIAL



O Sindjus/RS está participando dos debates, em nível nacional, sobre a PEC 190/07. A Proposta de Emenda Constitucional tramita no Congresso Nacional e objetiva a isonomia funcional e salarial entre servidores dos judiciários federal e estaduais.

## Histórico

Em 2007, iniciou no Congresso Nacional a tramitação da PEC 190. A proposta acrescenta o artigo 93-A ao artigo 93 da Constituição Federal, com o seguinte conteúdo: “Art. 93-A. Lei complementar, de iniciativa do STF, disporá sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário. Parágrafo Único. As leis estaduais observarão o disposto na lei complementar de que trata o caput”.

## Mobilização nacional

Após mobilização nacional, em dezembro de 2009, a Câmara dos Deputados instalou a Comissão Especial responsável pela discussão e aprovação da PEC. Esta Comissão tem, entre outras fun-

ções, a incumbência de examinar o mérito da PEC e das emendas ou substitutivos que lhe forem apresentadas.

## Grupo de Trabalho

Em reunião realizada em dezembro/09, na sede da Fenajud, os trabalhadores deliberaram por criar um Grupo de Trabalho (GT), com sindicatos dos judiciários de diversos Estados. Nas reuniões que aconteceram em janeiro e fevereiro/10, foram debatidas estratégias de mobilizações e ações para que a proposta seja encaminhada para votação ainda este ano.

Entre os temas e proposições debatidas, estava a necessidade ou não de apresentar emendas à PEC, estabelecer uma visão unificada dos trabalhadores acerca do tema, com construção de políticas para pautar a formulação de emendas e proposta de Estatuto. E, fundamentalmente, a participação dos trabalhadores na proposta de estatuto, evitando sua construção pela cúpula do Judiciário e ampliação do debate acerca do papel do Judi-

ciário como serviço público.

## Emendas das entidades

Na reunião do GT de fevereiro, as entidades deliberaram que serão pedidas emendas de ordem formal, estabelecendo um prazo para que o STF encaminhe proposta de Estatuto. Esta deverá ser elaborada com participação paritária do Supremo e da categoria dos servidores. As emendas de mérito, como as remuneratórias e de carga horária, deverão ser tratadas posteriormente.

Nas reuniões também foram deliberadas ações relativas a divulgação de uma campanha nacional. O objetivo é envolver e garantir a mobilização de todos os sindicatos estaduais em torno da PEC 190/07, que busca a isonomia entre os judiciários federal e estaduais.

## Por que a isonomia

O judiciário brasileiro possui hoje, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 312.290 servidores, dos quais 15.758 togados e

296.532 não togados. Destes últimos, apenas uma parte, 198.928 (67%) são servidores concursados. Os demais, 97.60 (1/3), são trabalhadores com vínculos precários. Do total de trabalhadores efetivos, 141.884 (71,34%) estão na Justiça Estadual. Não há dados com as médias de remuneração e como elas se distribuem entre o pessoal (togados, não togados e precários), nem dados sobre número de cargos comissionados e participação destes no total das despesas com pessoal e acerca da divisão do orçamento entre togados e não togados.

No início de 2009 havia no Judiciário brasileiro cerca de 39.683.000 processos pendentes de julgamento. Neste mesmo período o número de julgamentos chegou a pouco mais de 16 milhões de processos, sendo um milhão (6,25%) na Justiça Federal, 4 milhões (25%) na Justiça do Trabalho e 11 milhões (68,75%) na Justiça Estadual. Em 2008, os gastos com o Judiciário brasileiro somaram R\$ 34 bilhões. A justiça federal ficou com R\$ 5,3 bilhões;

Foto: Arquivo Sindjus/RS



Reuniões decidiram encaminhamentos

a justiça do trabalho com R\$ 9,7 bi; e a justiça estadual com R\$ 19 bilhões.

### Apesar dos números, permanecem na Justiça os rótulos de lentidão e ineficiência

Nas medidas adotadas pela busca de efficientização do judiciário brasileiro, duas questões permanecem completamente marginalizadas na discussão: o crescente número de processos ajuizados diariamente em fóruns e tribunais, fruto de conflitos sociais que não têm encontrado solução no terreno em que deveriam se resolver, o da política. Outro é a completa ausência de discussão sobre serviço público como trabalho. Ao desconsiderar que a prestação jurisdicional é o resultado do trabalho de 300 mil trabalhadores do judiciário brasileiro, esses mesmos trabalhadores são excluídos de qualquer participação e/ou reconhecimento. Seja do ponto de vista da conquista e garantia de seus direitos, seja quanto à participação na definição de novas políticas públicas para o judiciário.

É nesse contexto que se situa a discussão da PEC 190/07 e sua decorrência o da constituição do Estatuto dos trabalhadores do judiciário brasileiro.

### Propostas de mudanças

Neste cenário, os servidores procuram construir a proposta de mudanças nas estruturas de quadros de pessoal, seus direitos e obrigações, com base em cinco grandes eixos de discussão.

O **primeiro**, diz respeito ao caráter da justiça como serviço público. Via de regra tem prevalecido a concepção do judiciário como poder do Estado. É preciso assegurar que ele seja serviço público essencial, voltado para a cidadania e a garantia dos direitos dela decorrentes. Estão nesta problemática itens que vão desde a abertura dos fóruns, até a completa ausência de participação da sociedade no controle ou discussão sobre as políticas judiciárias, como já se faz em serviços públicos essenciais como saúde e educação.

O **segundo**, diz respeito à democracia. A gestão do judiciário permanece centralizada em uma pequena parcela de desembargadores, e uns poucos burocratas de escalões intermediários de poder. Não raro, essa gestão se confunde com os interesses corporativos da magistratura ou dos desembargadores, distanciando-se do caráter de gestão pública. Aos trabalhadores (toga-

dos ou não) não é dado participar da eleição das mesas diretoras dos Tribunais ou na confecção de sua proposta e diretrizes orçamentárias.

O **terceiro** está relacionado à forma de acesso aos cargos e funções públicas, e se relaciona com a questão salarial. Cada vez mais, grandes parcelas do orçamento são consumidas em relações laborais que fogem ao controle público do concurso, dirigidas à contratação direta via comissionamento, terceirização, cessões e estágios remunerados. O concurso público vem sendo constantemente abandonado ou burlado por diversas formas de contratação precária, além de discrepâncias para acesso aos cargos no Estado cada qual com regulações próprias do tema.

O **quarto** está relacionado à perda da saúde dos trabalhadores, fenômeno de dimensão nacional. Se relaciona com condições de trabalho e às estruturas verticalizadas de poder e controle. São relações de mando e poder, que frequentemente extrapolam a autoridade dada a magistrados e chefes de serviço, em muitas vezes descambando para o autoritarismo e a violência explícita e m relação aos trabalhadores. Fato inequívoco é que, cada dia mais, trabalhadores

do judiciário estão adoecendo no trabalho, sob o silêncio dos Tribunais, cujas medidas quando tomadas, são de natureza assistencial, fugindo ao debate central das causas. Doentes, os trabalhadores vão para casa, com prejuízo à sociedade pela perda freqüente de força de trabalho.

O **quinto** diz respeito à política remuneratória, caracterizada por um conjunto de disparidades, entre as quais, as principais dizem respeito às diferenciações entre o Judiciário ligado à União e os judiciários ditos estaduais. Às desiguais participações no orçamento de servidores togados e não togados e às distinções entre as remunerações dos fóruns e dos tribunais. Essas disparidades são agudizadas por políticas de gestão que priorizam remunerações variáveis, bastante elevadas em muitos casos; recursos cujo poder de distribuir é dado aos juizes, discricionariamente, estabelecendo, não raro, privilégios aos “amigos do rei”. As políticas remuneratórias não são tratadas em conjunto, o que em geral, ao invés de diminuir, amplia o fosso das diferenças salariais entre maiores e menores salários e entre salários praticados em um estado em relação a outro ou em uma esfera de judiciário em relação à outra.

## Audiência Pública

A Comissão Especial da PEC 190/07 realiza audiência pública, no dia 3 de março, às 14h30, na Câmara dos Deputados para discutir a proposta. A audiência foi uma solicitação dos sindicatos. Além das entidades, é importante que o maior número possível de trabalhadores compareçam à audiência.



# Sindjus/RS participa de debate sobre práticas antissindicais

Tema foi tratado em Seminário durante a programação do FSM



Debate lotou o auditório Dante Barone, da Assembleia Legislativa do RS

O Sindjus/RS participou, durante o Fórum Social Mundial 10 Anos Grande Porto Alegre, que aconteceu na capital e região metropolitana de 25 a 29 de janeiro, do Seminário que debateu o tema das práticas antissindicais. Durante o encontro, organizado dia 28/1, no auditório Dante Barone, na ALRS, foi apresentado o trabalho que vem sendo feito pelo Comando Unitário das Centrais, criado em 2006, contra práticas antissindicais. Foram destacadas diversas Convenções e tratados assinados pelo país, como as Convenções 87, 98, 135, 154, 151, 158. Também foi apresentada uma retrospectiva com os encaminhamentos já feitos, que inclui a entrega de um documento sobre o tema à Organização Internacional do Trabalho (OIT) na sua sede em Genebra e audiência com o presidente Lula.

## Casos diários

Os representantes das centrais que compuseram a mesa des-

tacaram diversos casos que acontecem diariamente atingindo diferentes categorias. São ações que vão desde programas de demissão voluntária, interditos proibitórios, pressão econômica, ameaça de demissão, terceirizações, pressão para os trabalhadores se desfilarem dos seus sindicatos, até assassinatos de dirigentes sindicais. São práticas que atingem indistintamente a todos os trabalhadores do campo e da cidade, incluindo o funcionalismo público.

No final, foram apresentados diversos questionamentos sobre o tema e houve consenso quanto a necessidade de esforço conjunto dos trabalhadores para denunciar e acabar com tais práticas.

## Críticas ao judiciário

O representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) lamentou a ausência do judiciário ao debate. Segundo ele, diversas medidas, como o interdito proibitório e a lentidão da Justiça em apurar casos

que já foram denunciados, necessitam de um profundo debate com este poder. A Central deu como exemplo o caso do sindicalista Jair Antônio da Costa, morto numa manifestação do sindicato dos sapateiros, na região coureiro-calçadista, que tramita desde 2005 e

até hoje não teve encaminhamento algum.

## Judiciário gaúcho

Os servidores do judiciário gaúcho tem sentido na pele estas práticas. O Sindjus/RS lembra que elas estiveram presente nos últimos anos, durante as manifestações dos trabalhadores por reajuste salarial e outras lutas. Entre elas estão proibição de materiais do sindicato nos foros, proibição do uso de camiseta da campanha salarial e de participação nas atividades sindicais, censura a livre manifestação de pensamento, retaliações, punição com demissão e processos administrativos. Os trabalhadores vão continuar sua luta para que estas práticas sejam erradicadas do judiciário do RS.

## Posse no TJRS: Novas promessas

Foto: Maria Rosa Junges



Leo Lima tomou posse dia 1º de fevereiro

A direção do Sindicato participou, no dia 1º/2, da posse da nova direção do TJRS. Durante a solenidade, e também após, em coletiva à imprensa, o presidente eleito, Desembargador Leo

Lima, destacou a importância dos servidores para o funcionamento do judiciário gaúcho e tratou como prioridade o Plano de Cargos e Salários. A expectativa dos

trabalhadores é de que não se passe mais uma gestão com estes temas sendo lembrados apenas nos discursos de posse e que, de fato, este reconhecimento seja traduzido em valorização salarial e profissional.



## PORTO ALEGRE

O Fórum Central de Porto Alegre tem novo diretor. o Juiz Alberto Delgado Neto assumiu em cerimônia no dia 3/2. O complexo do Foro Central é composto por seis Foros Regionais, 1.816 servidores e mais de 100 magistrados. Em 2009, mais 937,8 mil processos tramitaram no órgão, ou cerca de 36,33% do total de processos em andamento no RS.

Foto: Maria Rosa Junges



Solenidade foi no auditório do Foro Central

## PAROBÉ

A comarca de Parobé conta com mais uma Vara Judicial. No dia 27 de janeiro, foi instalada a 2ª Vara Judicial. A Vara fará análise de matérias que envolvam a Lei Maria da Penha e a jurisdição da Infância e da Juventude, além do Juizado Especial Criminal. Já a 1ª Vara Judicial ficará responsável pelos julgamentos dos feitos do Tribunal do Júri e Execuções Criminais, além do Juizado Especial Cível (JEC).

## VIAMÃO

Desde o dia 5/2 os cidadãos de Viamão podem interagir com o Foro da comarca. A 2ª Vara Cível da cidade criou um blog ([www.segundaciveldeviamao.blogspot.com](http://www.segundaciveldeviamao.blogspot.com)) com objetivo de proporcionar à comunidade acesso às informações sobre a unidade jurisdicional. Como é a forma de trabalho, horário de funcionamento, documentos necessários para ingresso de processos e estatísticas. Além disto, os visitantes do site poderão fazer críticas, sugestões e perguntas, o que possibilitará a equipe saber como está sendo avaliado o serviço prestado pela Vara. Conforme

definido na própria página, a 2ª Vara esclarece que “visamos obter um espaço de comunicação com a sociedade, em especial com as partes e os advogados, demonstrando, com clareza, o nosso trabalho”.



## LIVRAMENTO

Os servidores da comarca de Livramento estão, desde o dia 26 de janeiro, trabalhando nas novas instalações do Foro. O prédio passou por reformas e melhorias no sistema de climatização, de elétrica, lógica e telefonia. Novos sanitários, inclusive com a criação de um para portadores de necessidades especiais, colocação de portal detector de metais, unificação do estacionamento, colocação de grades e cercamento eletrônico, entre outros serviços de manutenção predial também foram realizados.

# PONTO DE VISTA LUGAR DE MULHER TAMBÉM É NA LUTA

No judiciário, as mulheres são maioria. E isso tem uma boa explicação. Como o ingresso se dá por concurso público, uma forma mais democrática de acesso, não há o “filtro” machista de admissão, onde as mulheres, não raras vezes, são preteridas em detrimento dos homens, mesmo com idêntica qualificação, experiência e capacidade profissional. Mas apesar de serem maioria, esta é a primeira vez na história da Justiça gaúcha, por exemplo, que a administração central do TJRS tem uma mulher integrando a direção.

Um longo caminho já foi percorrido para superação do preconceito contra as mulheres no ambiente de trabalho, inclusive no judiciário. Mas muito ainda falta percorrer, haja visto os casos de assédio moral, dos quais as principais vítimas ainda são elas e, em muitos casos com a conivência das decisões judiciais.

Espaços como os altos escalões da política e sindicatos, por exemplo, também carecem da presença feminina. As razões para esta carência vão desde a falta de interesse até a cultura machista que impõe às mulheres um papel secundário nas decisões.

Nos sindicatos, espaços mais democráticos, com visão de igualdade e justiça defendidas pela maioria das entidades, também não se vê um equilíbrio entre a participação de mulheres e homens. No Sindjus/RS, apesar de poucas, existem mulheres na diretoria. Mas em outras categorias, elas praticamente não existem. Este é um território ainda pouco ocupado por elas. Muitas não vêm na atividade sindical, um espaço para lutar por pautas envolvendo a questão de gênero. Mas é lá, junto com o conjunto dos trabalhadores, que as pautas femininas podem ganhar corpo e se transformar numa luta de todos. Ou seja, temos que aprender que sindicato, também é lugar de mulher.

Devemos aproveitar o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para refletir sobre estas questões. Mais do que isso. Devemos levar estas discussões para dentro da categoria e do sindicato e consolidar as demandas femininas como pautas que poderão, e muito, contribuir na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Silvia Regina Pereira Ramos  
Oficial Escrevente - Comarca de Guaíba



A cada ano a história se repete; o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, muito mais do que um momento de comemorar, se transforma num dia de protesto. E não é para menos. As estatísticas estão aí para provar. Pesquisas realizadas por diversos institutos que analisam a questão de gênero são unânimes em confirmar os altos índices de violência contra a mulher. Grande parte dela, dentro da própria casa. Ou seja, revelam um mundo nem tão cor-de-rosa assim.

Há um verdadeiro generocídio ou femicídio que constitui crimes contra as mulheres pelo fato de serem mulheres. O agressor considera a vítima como propriedade e não admite que ela atue como pessoa livre. A violência contra mulheres e crianças, além de ser uma violação dos direitos humanos, é também um problema de saúde pública.

Esta violência se dá de várias formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

### O efeito nas crianças

Como as agressões, em geral, acontecem dentro de casa, as crianças acabam sendo testemunhas oculares desta violência. O resultado é que os pequeninos perdem a confiança básica no mundo e nas pessoas. Como não entendem de maneira consciente as brigas, apenas vêem os tapas, chutes, berros, choros, raiva, medo, entram em caos de emoção e sentimentos contraditórios de ameaças, compaixão, ódio, vergonha, resignação e desejo de solucionar o que, às vezes, não tem solução e podem culpar a si próprias pelas brigas. Em outros casos aceitam como “normal” estes relacionamentos e acabam por reproduzir a violência, imitando os pais violentos ou a aceitar os maus tratos como parte da vida da mulher.

### Negras, indígenas e lésbicas

Entre os grupos que mais sofrem violência, especialmente sexual, estão as mulheres negras e índias. No Brasil, carre-

gam a pesada herança histórica de abuso e violência sexual, tendo sido por séculos tratadas como máquinas de trabalho e sexo, sem direitos humanos básicos. Hoje, sofrem uma dupla discriminação a de gênero e a racial, o que aumenta a sua vulnerabilidade à violência. Já o fato de ser lésbica torna as mulheres homossexuais ainda mais vulneráveis. Esta violência pode começar já com os pais, como maus-tratos físicos e psicológicos, ameaças, acusações e expulsão de casa.

### Direitos humanos

Frases como “Mulher é como pernilongo, só sossega com um tapa” ou “Mulher não vale nada, até pobre tem” estão estampadas em caminhões que rodam as estradas do Brasil. São dois exemplos de um festival de machismo, que traduz uma cultura onde predomina o poder do homem. Em muitos casos, o que parece uma piada no caminhão, termina em assassinato ou lesão grave.

A Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) reconhece a violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos. A melhor maneira de contribuir com o fim desta violência é tendo atitudes. Não pratique e nem tolere qualquer forma de violência contra as mulheres; não tolere intimidações e coações baseadas no machismo; exija seus direitos; identifique e altere qualquer comportamento machista; não se cale frente à violência, denuncie.



## AGENDA

### 03.03.2010 AUDIÊNCIA PÚBLICA

Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em Brasília, para debater a PEC 190, com a participação de sindicatos de judiciários de todo o país.

### 05.03.2010 ASSEMBLEIA GERAL

dos trabalhadores do judiciário, a partir das 13h30, na Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre. A participação de todos os trabalhadores nesta primeira assembleia do ano, que tratará de temas importantes para a categoria e definirá encaminhamentos sobre a campanha salarial e outros assuntos, é fundamental.

### 03 a 05.03.2010 AUDIÊNCIA PÚBLICA

no STF referente ao processo do DEM contra as cotas.



## CULTURA

### LIVRO “Revoluções”, de Michel Lowi

(Boitempo, SP), é uma pesquisa histórica e iconográfica, que abarca da Comuna de Paris até a revolução cubana (1953/1967). Além destas, há fotos de cenas e pessoas que participaram das Revoluções Russa (1905 e 1917), Húngara (1919), Alemã (1918-19), Mexicana (1910-20), Chinesa (1911-49) e a Espanhola (1936). Cada revolução coberta pelo livro é comentada por um especialista, que trata de contextualizar os acontecimentos e permitir uma leitura crítica das fotos.

### HUMOR DO BIER

